

10 NOV 1997

GAZETA MERCANTIL

Autoridade inglesa descarta atuação global

Economia Brasil

Howard Davies, presidente do novo órgão regulador, acha impossível uniformizar a fiscalização

Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

A extrema e perigosa volatilidade que tem afetado o mercado financeiro internacional, propagando uma generalizada desconfiança dos investidores nos países chamados de "emergentes", tem preocupado as autoridades dos países desenvolvidos, mas não a ponto, por enquanto, de forçar uma revisão no papel dos órgãos reguladores.

"Não vejo como uma ação dos reguladores possa vir a afetar o movimento (de volatilidade) que se observa no mercado internacional, nós aqui não vemos que haja um papel mais significativo que a regulação possa desempenhar em termos globais", comentou ontem para este jornal o presidente do novo órgão de regulação e supervisão do sistema financeiro britânico, Howard Davies.

Em princípio, ele rechaça a hipótese de criação de algum órgão ou conselho que pudesse atuar como um coordenador da supervisão financeira em termos internacionais e que pudesse

ajudar a acompanhar todos os mercados, incluindo o mercado de capitais. Prevalece ainda muito forte no mundo dos países industrializados a idéia de que os mercados devem funcionar o mais livremente possível.

Davies comentou que os sistemas regulatórios variam de país para país e que, nesta circunstância, deve-se buscar o estreitamento cada vez maior

das relações entre as diversas autoridades, com maior troca de informações e uma tentativa de padronização dos procedimentos, como foi por exem-

plo sugerido pelo Banco Internacional de Compensações (BIS) – o banco central dos bancos centrais, com sede na Basileia, na Suíça – no início do ano, com a divulgação dos 25 princípios básicos para o bom funcionamento bancário.

Na Grã-Bretanha, todo o sistema de regulação e de supervisão do sistema financeiro está passando por uma drástica transformação: um mega-órgão será criado no ano que vem, na Grã-Bretanha, com o objetivo

de reduzir custos e permitir que as informações sobre o comportamento dos vários tipos de instituições possam fluir sem restrições entre os próprios fiscais e supervisores.

O novo órgão já tem nome – está sendo chamado oficialmente de Financial Services Authority (FSA), ou Autoridade dos Serviços Financeiros – e vai substituir um sistema peculiar,

que hoje tem como tentáculos nove diferentes órgãos reguladores, cada um com autonomia própria, reunidos sem qualquer vínculo entre si sob o guarda-chuva

da Securities and Investment Board (Conselho de Investimentos e Valores). A supervisão bancária, que vinha sendo atribuição do Banco da Inglaterra, sairá da autoridade monetária para ser abrigada no novo organismo, que também cuidará dos bancos de investimento, dos administradores de fundos, das sociedades de crédito imobiliário, das carteiras de investimento individuais (aqui, controlando a maneira como os produtos são apresentados aos consumido-

res), do mercado de títulos e derivativos, das seguradoras, enfim, de tudo. Howard Davies, um homem que saiu do setor industrial (foi representante da Confederação da Indústria Britânica – CBI), e que até a vitória do partido trabalhista ocupava a função de vice-governador do Banco da Inglaterra, será uma das pessoas mais poderosas na Grã-Bretanha.

**Davies
concorda com
o exemplo
sugerido
pelo BIS
este ano**

A proposta de lei, com todos os detalhes sobre a nova estrutura, só deverá ser encaminhada ao Parlamento na segunda metade do ano

que vem, depois de uma minuta ter sido submetida à discussão pública. Até lá, a tarefa de regulação e de supervisão vai funcionar ainda dentro da estrutura atual, mas obedecendo já à nova orientação, que prevê o entrosamento em termos de atuação e de pessoal. "Vamos agir assim para reduzir ao máximo os riscos nesta fase de transição", comentou sexta-feira Davies, em entrevista que concedeu à imprensa estrangeira, em Londres.